

Eleição Presidencial

A marcha da sensatez

José Nêumanne

A democracia não é a panacéia universal, ou seja, não cura todos os males, não soluciona todos os problemas nem dá a saída de todos os impasses. A democracia é um regime político de governo dos homens, imperfeito até por ser imperfeita a própria condição humana, propriedade de quem a pratica. A democracia não livrou o Péru de Alan Garcia nem deu a Alfonsín a varinhã de condão capaz de tirar a Argentina da crise econômica provocada pela hiperinflação, por mais boa vontade que ele tivesse. Da mesma forma, não será a eleição presidencial direta deste ano que vai apresentar ao Brasil o "salvador da pátria", o estadista com poder suficiente para ultrapassar os obstáculos do atraso e da improdutividade.

No entanto, a democracia tem vantagens muito grandes em relação aos regimes discricionários e de arbítrio. Por definição, estes últimos são mais predispostos ao erro, pelo caráter de onipotência a que se permitem seus chefes, desobrigados de prestar contas à população, cujos interesses, teoricamente, eles gerenciam. O Brasil jogou pela janela bilhões de dólares num projeto megalomaniaco e maluco de produzir eletricidade em usinas nucleares. A sociedade, que não participou da decisão de sua instalação, paga até hoje a conta elevada de um plano sem prioridade nenhuma, a se julgar por qualquer critério honesto e justo. Certamente, uma consulta democrática à sociedade, que paga a conta, poderia ter evitado um erro de tais dimensões.

A permanente consulta à sociedade pela via eleitoral é uma forma de ajustar os projetos dos governantes às reais necessidades dos governados. O regime democrático, ao permitir a extinção temporária dos mandatos e a necessidade de sua renovação, obriga os mandatários a uma permanente prestação de contas à opinião pública da sociedade que os elege para missões de tempo limitado. Mesmo antes de iniciados tais mandatos, a necessidade de consulta à população para ocupá-los dá aos homens que os postulam a obrigação de manter uma postura mais equilibrada em relação às fórmulas que devem empregar para enfrentar os problemas da administração do interesse coletivo.

Quem acompanha, com atenção, os movimentos da campanha eleitoral neste Brasil de 1989 só pode concordar que a democracia, cujo coração é o processo eleitoral, do qual a eleição presidencial é a principal artéria, tem dado lições inequívocas de bom senso a políticos tidos antes como radicais impenitentes. A concorrência eleitoral é o melhor remédio contra o delírio febril do poder e o mais adequado conselheiro para a correção de rumos na trajetória dos líderes. Mesmo aqueles que se protegem nas carapaças ideológicas vêm-se obrigados, diante do julgamento público das urnas, a alterar rotas, em mudanças às vezes consideradas impossíveis. Este foi o caso do candidato do PT, deputado Luiz Inácio Lula da Silva, em sua entrevista ao **Estado**, domingo passado.

Lula parece já ter chegado à constatação fria de que o grevismo exacerbado, com o qual a Central Única dos Trabalhadores (CUT) se identifica, pelo menos perante o eleitor brasileiro comum, é nocivo às suas pretensões eleitorais, por causa do repúdio que lhe vota a população. Por isso, o ex-líder sindical do ABC se obrigou a procurar formas alternativas de paralisação do trabalho, semelhantes às empregadas em países desenvolvidos, como a Alemanha.

Na entrevista, Lula propôs, por exemplo, que os metroviários não parassem de trabalhar, mas libe-

rassem as catracas nas estações, fazendo com que a Companhia do Metrô tivesse prejuízo pelo não-pagamento das passagens e não pela paralisação dos trens, que também prejudica a população. Pode até ser que Lula tivesse essa idéia, fosse qual fosse sua situação nas pesquisas de opinião pública, mas é tentador verificar a influência realista exercida pelos baixos índices, nessa sensata proposição.

Da mesma forma, o antigo líder metalúrgico, o mesmo que parou os 40.000 trabalhadores da Volkswagen do Brasil pela primeira vez na História, aconselhou os professores da rede estadual de ensino a tentar prejudicar o governo pela pregação sistemática aos alunos e não pela paralisação da atividade escolar, que tem jogado a população prejudicada contra o justo movimento reivindicatório do magistério público paulista.

O leitor poderá argumentar que o mesmo efeito, de provocar sensatez, não tem sido provocado em outro candidato, que, como Lula, amarga uma queda sensível nos índices de preferência popular nas pesquisas: o ex-governador Leonel Brizola. Mesmo caindo nas pesquisas, mesmo não conseguindo firmar-se em São Paulo e Minas, os dois maiores colégios eleitorais do País, mesmo mantendo seu **élan** apenas nos Estados que governou, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Brizola não muda métodos nem discursos e se revela o mesmo líder de 40 anos atrás.

Talvez a explicação esteja no fato de que o ex-governador passou muito tempo no exílio e, dessa forma, perdeu o contato com a grande transformação pela qual o Brasil passou nas últimas quatro décadas. Enquanto isso, o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, não apenas vivia como até mesmo liderava um movimento operário no ABC, uma região do Brasil moderno e não do Brasil arcaico, de onde é egresso o candidato a presidente pelo PDT. De qualquer maneira, se o efeito didático da democracia não produz o efeito esperado e desejado no candidato do PDT à Presidência, isso não acontece por defeito congênito do regime democrático, mas, ao contrário, por equívoco político da personalidade do líder gaúcho. Dessa forma, a exceção brizolista não apenas confirma a regra, mas até mesmo a reafirma, enquanto o exemplo de Lula é um considerável argumento de reforço à idéia de que a democracia é a verdadeira marcha da sensatez.

Não há, contudo, uma descaracterização, na prática, do discurso do líder político atingido pelo repúdio da opinião pública. Lula ainda se diz socialista na entrevista ao **Estado**, só que um socialista que acredita no primado eleitoral e que acha estar a força de suas idéias na dependência de sua reafirmação no processo administrativo posterior à apuração das urnas. Além disso, o presidencialismo do PT continua a acreditar no uso do poder político como instrumento de força de pressão dos trabalhadores e na necessidade de socialização de parcela considerável da economia.

Ou seja, a marcha da sensatez não exige uma radical mudança de posição ideológica. Ela obriga o político apenas a uma permanente busca do equilíbrio, normalmente desejada pela sociedade, muito embora às vezes seja repudiada por indivíduos ou grupos isolados em seu interior. A marcha da sensatez, característica da democracia, não existe para descaracterizar lideranças, mas para aproximá-las mais do senso comum, uma exigência indispensável para os triunfos eleitorais.

José Nêumanne é editorialista e editor de O Estado de S. Paulo